



O AJUSTE FISCAL E A CRISE DO NOVO DESENVOLVIMENTISMO NO SEGUNDO MANDATO DE DILMA ROUSSEFF

Leonardo de Araujo e Mota¹

André Monteiro Moraes²

RESUMO

No início do século XXI, vários líderes de esquerda latino-americana foram eleitos utilizando um discurso de rejeição aos cânones neoliberais. Assim, a retórica do desenvolvimentismo retornou à pauta das políticas públicas, porém com a nova roupagem, denominada de Novo Desenvolvimentismo. Conforme esse “novo” modelo de desenvolvimento, a questão social agora seria equacionada por intermédio de um “pacto social” que contemplasse uma maior intervenção do Estado na economia, com bons índices de competitividade, controle da inflação, crédito acessível e políticas sociais de enfrentamento da pobreza. O objetivo deste artigo foi realizar uma análise sociológica da crise do projeto novo desenvolvimentista no início do segundo mandato da presidente Dilma Rousseff, a partir do anúncio das medidas de ajuste fiscal. Como método de pesquisa, utilizou-se a pesquisa bibliográfica utilizando o conceito de Novo Desenvolvimentismo como chave analítica e tendo como recorte temporal o ano de 2015. A partir dos dados analisados verificou-se que o ciclo do novo desenvolvimentismo no início do segundo mandato de Dilma Rousseff no Brasil entrou em crise, gerando recessão econômica, aumento da inflação e desemprego. Escândalos de corrupção envolvendo membros da base governista, como também efeitos retardatários da crise financeira internacional comprometeram a continuidade das políticas públicas que serviram de esteio ao ciclo “lulista” de desenvolvimento. Tal conjuntura causou uma reviravolta política, econômica e ideológica no cenário nacional, propiciando uma guinada neoliberal na política nacional de desenvolvimento cujos desdobramentos acirraram-se ao longo do ano de 2016, provocando uma retração significativa das políticas sociais do período novo desenvolvimentista.

PALAVRAS-CHAVE: Novo Desenvolvimentismo. Estado. Políticas Públicas. Dilma Rousseff.

¹ Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais (DCS/UEPB) e Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba (PPGDR/UEPB). E-mail: la-mota@uol.com.br

² Graduando do Curso de Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB; Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do Núcleo de Desenvolvimento Regional – NDR (UEPB). E-mail: andremonteimoraes@hotmail.com

FISCAL ADJUSTMENT AND THE CRISIS OF NEW DEVELOPMENTALISM IN THE SECOND PRESIDENTIAL TERM OF DILMA ROUSSEFF

ABSTRACT

At the beginning of the 21st century, several leftist Latin American leaders were elected using a speech of rejection of neoliberalism policies. Thus, the rhetoric of developmentalism returned to the agenda of public policy, now called New Developmentalism. According to this new model of development, the social problems would now be conducted through a "social pact" that contemplated intervention of the State in the economy with control of inflation, accessible credit, social policies to eradicate poverty and competitiveness. The objective of this article was to perform a sociological analysis of the crisis of new developmentalist at the beginning of the second presidential term of Dilma Rousseff, after the announcement of fiscal adjustment measures. We used bibliographical research as method, with the concept of New Developmentalism as the analytical key, considering events that happened in the year of 2015. We concluded that the cycle New Developmentalism in the beginning of the second presidential term of Dilma Rousseff in Brazil entered in crisis, generating economic recession, rising of inflation and unemployment rates. Corruption scandals among politicians and parties that support her government, as well as lagging effects of the international financial crisis jeopardized the continuity of the public policies of this development cycle. This conjuncture caused a political, economic and ideological turnaround in the national scenario, propitiating a neoliberal turnout in the national policy of development during the year of 2016, with a significant retraction of the public policies of new developmentalism era.

KEYWORDS: New Developmentalism. State. Public Policy. Dilma Rousseff.

1 INTRODUÇÃO

No início do século XXI, líderes de partidos políticos de esquerda latino-americana foram eleitos utilizando um discurso de rejeição aos cânones neoliberais. Dessa forma, a retórica do desenvolvimentismo retornou à pauta das discussões acadêmicas e também das políticas públicas engendradas por esses governos. . Esse novo modelo de desenvolvimento passou a ser denominado de Novo Desenvolvimentismo³. Nesse novo contexto, os problemas sociais do continente deveriam agora ser atenuados através de uma política econômica que fosse capaz de combinar uma maior intervenção do Estado na economia com bons índices de competitividade

³ O Novo Desenvolvimentismo é estudado através de várias vertentes, sendo a concepção do termo mais associada a um grupo denominado de "novos desenvolvimentistas" da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, sob a liderança do professor Luiz Carlos Bresser-Pereira (Cf. MATTTEI, 2013). Outros autores, como Alves (2014), Silva (2013), Sampaio Jr. (2012) e Pfeifer (2014) utilizam o termo "neodesenvolvimentismo" para designar o mesmo fenômeno. A título de padronização, utilizaremos aqui a palavra Novo Desenvolvimentismo.

no mercado mundial, controle da inflação, crédito acessível e políticas sociais de enfrentamento da pobreza extrema.

O presente artigo se constitui como uma análise sociológica dos projetos de desenvolvimento no Brasil das últimas décadas, tendo como foco principal a crise do Novo Desenvolvimentismo no início do segundo mandato da presidente Dilma Rousseff. O texto está dividido em três partes. Após esta introdução, a primeira parte apresenta, de maneira sumária, a evolução histórica e econômica do nacional-desenvolvimentismo das primeiras décadas do século XX até o novo desenvolvimentismo do início do século XXI analisando-os como mecanismos de produção, reprodução e conflitos das relações econômicas e sociais.

Na segunda parte, descrevemos, em termos gerais, o novo desenvolvimentismo no contexto do ajuste fiscal do início do segundo mandato de Dilma Rousseff em 2015. Na terceira parte, apresentamos como essas medidas de ajuste fiscal produziram seus efeitos nas políticas públicas federais considerando suas consequências em diferentes conjunturas econômicas e políticas do Brasil da atualidade. Por fim, concluímos que tal conjuntura causou uma reviravolta política de amplo espectro econômico e ideológico no cenário nacional, ao ponto de surtir fortes efeitos de natureza neoliberal na política nacional de desenvolvimento cujos desdobramentos acirraram-se ao longo do ano de 2016, provocando provavelmente a mais séria crise institucional desde a recente redemocratização do Brasil e concomitante retração de várias políticas sociais do período novo desenvolvimentista.

2 NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO E NOVO DESENVOLVIMENTISMO

De 1930 a 1970, o nacional-desenvolvimentismo de países latino-americanos visaram a reduzir as relações de dependência dos produtos manufaturados provenientes dos países mais desenvolvidos (substituição de importações), como também atenuar as fontes do nosso “atraso social” como o predomínio do grande latifúndio, a pobreza e a grande concentração de riqueza. O nacionalismo e o Estado como propulsor desse projeto de desenvolvimento eram fundamentais para seu êxito.

Em seu contexto histórico e econômico, para saírem do “subdesenvolvimento”, os países latino-americanos colocaram em prática políticas desenvolvimentistas no século XX. No caso do Brasil, a busca pela industrialização (substituição de importações) e o desenvolvimento econômico foram meta de todos os governos, tendo como grandes expoentes Getúlio Vargas e Juscelino

Kubitschek, sendo o primeiro aquele que mais promoveu a industrialização do país através da intervenção do Estado na economia (keyneisianismo), tornando-se “figura central na construção do pacto e do Estado desenvolvimentista” (BRESSER-PEREIRA; THEUER, 2012, p. 815). Por consequência, esse mesmo período é também descrito sob a alcunha de a “Era Vargas”.

A estratégia nacional desenvolvimentista foi baseada no “pensamento cepalino”, que tinha como proposição para os países subdesenvolvidos a sua rápida industrialização para diminuir as diferenças entre os países ricos dos pobres de acordo com o avanço da diversificação industrial (COLISTETE, 2001). Tal industrialização era concebida como o único meio para o desenvolvimento dos países latino-americanos e, em certa medida, foi favorável para o desenvolvimento do Brasil, pois tinha o Estado como planejador (idealizador), financiador de blocos de investimento, produtor direto de insumos com empresas transnacionais na linha de frente desse processo.

Porém, estabelecer essa estratégia de desenvolvimento no Brasil não foi plausível pela ausência de uma “burguesia” de caráter empresarial capitalista racional, uma vez que a maioria das empresas da época (em grande proporção familiares) estava vinculada às práticas patrimonialistas e autoritárias que caracterizam a formação do Estado brasileiro, fato que inviabilizou uma política estatal efetiva e de longo prazo que estivesse acompanhada de um processo contínuo de inovação tecnológica⁴. Neste sentido, Maranhão (2009, p. 57) observa:

[...] ao invés da propagação da mentalidade empreendedora o que se processava entre os empresários brasileiros era o alastramento do “espírito aventureiro” e do patrimonialismo de Estado. Estas últimas formas de racionalidade representavam a sobrevivência de um arcaísmo pré-capitalista no interior da mentalidade empresarial brasileira que fragiliza a atuação política burguesa e impõe sérios empicilhos ao processo de industrialização e desenvolvimento do país.

O esgotamento do projeto nacional desenvolvimentista, também denominado de “populista” findou seu ciclo em uma grave crise financeira que atingiu seu ápice no final da década de 1970⁵. Na década de 1980, muitos países latino-americanos efetuaram suas transições de regimes ditatoriais para a “democracia”. As políticas desenvolvimentistas, porém, não eram

⁴ Cabe aqui destacar que relações promíscuas entre empresas familiares, parlamentares e gestores federais, estaduais e municipais no Brasil ainda é fato notório no Brasil da atualidade, sendo inúmeras irregularidades ainda hoje denunciadas de forma sistemática pela imprensa.

⁵ É importante salientar que neste mesmo período o mundo capitalista desenvolvido também foi afetado pela crise mundial do petróleo, que se manifestou nos “choques” de 1973 e 1979, seguindo-se daí a estagnação que findou por resultar na ascensão do neoliberalismo a partir dos anos 1980 na Inglaterra e Estados Unidos (Cf. HOBBSBAWN, 1995).

mais capazes de contornar a crise econômica que assolou a economia de muitos países latino-americanos na década de 1980, fato que passou a tornar-se um problema crucial para as administrações democráticas de países como a Argentina e o Brasil, sobretudo em função da hiperinflação, fato que contribuiu, aliás, para que muitos governos adotassem políticas neoliberais, enfraquecendo o poder do Estado de intervir na economia.

Na década de 1990, Fernando Henrique Cardoso (FHC) assume a presidência no Brasil, tendo como principal “cabo eleitoral” os efeitos positivos da estabilização da economia após a implantação do Plano Real. Ele teve, como principal pauta: debelar a hiperinflação; estabilizar a economia e aumentar o poder de compra do salário mínimo e “reformular” através de um amplo programa de privatizações de empresas estatais. Alguns anos depois, a grande crise econômica de 1998 gerou altos índices de desemprego, ampliou o descrédito quanto à política econômica do governo FHC e concedeu fôlego necessário à eleição de Luís Inácio da Silva (Lula) em 2002.

Como consequência, o início do século XXI foi marcado pela vitória de uma série de líderes políticos de esquerda latino-americanos como Hugo Chávez (Venezuela), Michele Bachelet (Chile), Nestor Kirchner (Argentina) e Luís Inácio Lula da Silva (Brasil), que se utilizaram de um discurso de combate ao neoliberalismo e à consequente apologia ao “Estado-mínimo” (BRAND; SECKLER, 2010). Entende-se, então, que haveria uma virada de retorno ao Estado como interventor na economia, porém, sem descartar a necessidade de se manter bons índices de competitividade nos mercados globalizados⁶.

Conforme salienta Castelo Branco (2009), o objetivo dos novos desenvolvimentistas no Brasil seria:

[...] entrar, como uma espécie de Terceira Via, na disputa pela hegemonia ideopolítica para a consolidação de uma estratégia de desenvolvimento alternativa aos modelos em vigência na América do Sul, tanto ao “populismo burocrático”, representado pelos setores arcaicos da esquerda e partidários do socialismo, quanto à ortodoxia convencional, representada por elites rentistas e defensores do neoliberalismo. (CASTELO BRANCO, 2009, p. 74)

O mesmo autor resume os componentes econômicos, políticos e ideológicos desse novo modelo de desenvolvimento:

⁶ Neste sentido Bresser-Pereira (2016, p. 239) salienta que “[...] o Novo Desenvolvimentismo é uma teoria histórico-dedutiva baseada nas experiências bem-sucedidas de crescimento acelerado, especialmente a experiência dos países do Leste Asiático. Como forma existente de capitalismo, as experiências desenvolvimentistas podem ser autoritárias ou democráticas, conservadoras ou progressistas, e bem ou malsucedidas”.

Em síntese, o Estado deve garantir condições macroeconômicas e salvaguardas jurídicas que reduzam a incerteza do ambiente econômico, propiciando um horizonte mais previsível do cálculo de risco do investimento privado, e aumentando, por sua vez, a demanda por fatores de produção, o emprego e os ganhos dos trabalhadores. Assim, o Brasil reduzirá a pobreza e a desigualdade social. O projeto novo-desenvolvimentista de intervenção na “questão social”, portanto, baseia-se no crescimento econômico e na promoção da equidade social via a igualdade de oportunidades. Esta é, grosso modo, a utopia da *intelligentsia* novo-desenvolvimentista. (CASTELO BRANCO, 2009, p.78)

Nesses termos, para assegurar a manutenção do projeto novo desenvolvimentista, seria necessária a criação de mecanismos para balanço de pagamentos, procurando minimizar choques internos/externos na taxa de câmbio que viessem a prejudicar os ganhos das exportações. A diferença básica entre o antigo desenvolvimentismo e o novo desenvolvimentismo seria que “[...] o primeiro focava suas políticas defensivas na balança comercial, procurando tornar a economia menos dependente da exportação de produtos primários” (SICSÚ; PAULA; MICHEL, 2007, p. 519), ao passo que o segundo tipo se ocupa em “estabelecer critérios de controle da conta de capitais para que o país possa ter trajetórias de crescimento não abortadas e possa constituir políticas autônomas rumo ao pleno emprego e à equidade social.” (SICSÚ; PAULA; MICHEL, 2007, p.519). Apesar da diferença entre os diferentes regimes “pós-neoliberais” na América Latina, há pontos em comum de gestões governamentais que devem ser considerados, os quais seriam:

[...] a busca do crescimento econômico, avanço das forças produtivas, melhor inserção na economia global. No plano social, políticas públicas voltadas para a inclusão, redução da pobreza e da desigualdade, melhoria geral das condições de vida. Tudo isso sem romper com as classes dominantes internas nem com o sistema econômico internacional. (FUSER, 2016, p. 20)

Nesse sentido, o novo desenvolvimentismo pode ser interpretado como uma estratégia de desenvolvimento conduzida pelo Estado dentro do cenário neoliberal que se afirma tanto em nível nacional quanto internacional. No entanto, não se trata do neoliberalismo dos anos 1990 do governo FHC, uma vez que o novo desenvolvimentismo, que está geralmente associado aos governos petistas (Lula e Dilma), busca potencializar os gastos estatais na “esfera social” mesmo seguindo orientações econômicas da ortodoxia neoliberal, fato que conduz a fortes contradições. Neste sentido, Pfeifer (2014, p. 765) observa:

[...] os elementos do projeto neodesenvolvimentista acerca do desenvolvimento apresentam-se de forma extremamente contraditória, e é justamente nessa contradição que reside sua potencialidade construtora de hegemonia, pois os elementos

de sua proposta incorporam, por um lado, as históricas bandeiras dos movimentos populares e setores críticos mais radicais; e por outro, no mesmo movimento, congregam as demandas das elites empresariais nacionais e setores da direita. Numa mescla de esquerda, centro-esquerda, social-democracia e direita liberal, cabe evidenciar que seu sincretismo (não se sabe se mais à direita ou mais à esquerda, tendo em vista a inflexão operada nos partidos de esquerda no século XXI) se mostra competente para a consolidação do acordo nacional em torno do Pacto Neodesenvolvimentista. Seu projeto para as políticas sociais acaba despolitizando os processos sócio-históricos de sua conquista ao levá-las para dentro do Pacto Neodesenvolvimentista.

Apesar das similaridades em termos de política macroeconômica, do ponto de vista social, político e ideológico, mesmo considerando-se que os governos Lula e Dilma tenham fundado seu discurso em torno da preferência pelos mais pobres em detrimento dos governos neoliberais, que segundo a ótica do petismo estiveram a serviço das elites privilegiadas, para consolidar-se no poder o PT lançou mão de alianças com partidos conservadores em nome da “governabilidade”. Assim, mesmo com a redução das desigualdades sociais obtidas mediante as políticas de transferência de renda e do aumento do emprego formal, o PT não logrou realizar uma mudança significativa do ponto de vista ideológico em relação à lógica do capitalismo global e de suas bases fundamentais de superexploração dos trabalhadores assalariados (BRAGA, 2012).

Sobre esse aspecto da conjuntura do novo desenvolvimentismo, Alves (2014) também comenta que:

A apologética do neodesenvolvimentismo proclama a positividade indiscutível da redução da desigualdade de renda e a ampliação do mercado de consumo interno por meio do crescimento da formalização do mercado de trabalho, aumento do salário mínimo e dos programas de transferência de renda e ampliação de renda para o subproletariado pobre (Bolsa-Família). Entretanto, é importante lembrar que o consumo não é inerentemente emancipador; pelo contrário, a expansão do crédito que incentiva a vida para o consumo, veículo de expansão do feitichismo da mercadoria, exerce um efeito ideológico perverso na consciência das massas populares, adequando-as espiritualmente à política de reiteração da ordem burguesa como único horizonte histórico possível [...] proliferou o culto da cidadania de consumo das massas proletárias, imbecilizadas pelo assédio espiritual-moral das igrejas neopentecostais e pela manipulação cotidiana dos *mass-media* que as incentiva a consumir *gadgets* tecnológicos adquiridos nos *shoppings* populares. (ALVES, 2014, p. 143)

Para alcançar uma distinção verdadeiramente incisiva em torno das distinções entre o Estado neoliberal brasileiro do governo FHC na década de 1990 e os governos *pós-neoliberais* dos governos Lula e Dilma, adentra-se um campo eivado de controvérsias. Em princípio, para combater a tese segundo a qual o governo FHC teria seguido a cartilha neoliberal do “Estado-mínimo” e valendo-se de uma série de dados estatísticos referentes aos gastos públicos durante seu governo, Cardoso (2010, p. 212) observa que, em seu governo, “[...] os gastos com a máquina

pública para sustentar políticas sociais foram contínuos [...] nos governos de Itamar Franco e FHC e tiveram continuidade no governo Lula”. Dessa forma, a implementação de várias políticas sociais previstas na Constituição de 1988 ocorreram durante os governos Itamar Franco e FHC, porém foram ampliadas nos governos petistas, seja pela própria por via de imposição jurídico institucional ou por decisões pontuais de políticas engendradas do poder executivo.

Alves (2014), por sua vez, apresenta algumas diferenças que devem ser consideradas entre os governos do PSDB e do PT. Primeiro, a amplitude das políticas de transferência de renda visando fortalecer o mercado interno difere sobremaneira da abrangência alcançada pelo projeto neoliberal dos anos 1990. Segundo, embora os governos petistas tenham mantido pragmaticamente o tripé macroeconômico neoliberal (metas de inflação, câmbio flexível e *superávit* primário), eles rejeitaram medidas de austeridade na economia. No que tange à administração pública, ao contrário da Era FHC, durante a Era Lula várias categorias de servidores públicos obtiveram aumentos salariais e novos concursos públicos foram realizados. Por fim, os governos petistas optaram por uma postura independente com relação à política exterior norte-americana, buscando alianças com os governos bolivarianos da América Latina (Venezuela, Equador e Bolívia) e países do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

A questão social no contexto do novo desenvolvimentismo seria composta por intermédio de um pacto social que contemplasse bons índices de competitividade, crédito acessível e políticas sociais de enfrentamento da pobreza. Entretanto, alguns autores como Antunes (2006), Sampaio Jr. (2012), Amaral (2014), Luce (2013), Mota (2012; 2015), enxergam as políticas novo desenvolvimentistas como uma “falácia”, tendo em vista que o cenário macroeconômico influenciado por este modelo de desenvolvimento permanece atrelado às diretrizes macroeconômicas do neoliberalismo, uma vez que não confrontou os interesses de setores ligados às empresas transnacionais, ao agronegócio e ao capital financeiro nacional e internacional.

Apesar dessas mudanças de eixo do Partido dos Trabalhadores em relação ao governo antecessor acerca da ênfase nas políticas neoliberais, a democracia no Brasil ainda permaneceu refém da influência dos poderes oligárquicos, fato que pôde ser verificado a partir das coalizões partidárias nas quais legendas das mais variadas correntes ideológicas barganhavam cargos no interior da máquina estatal federal, perpetuando a permanência do fisiologismo no âmbito da Administração Pública.

A participação popular ao longo do período novo desenvolvimentista, mesmo com as políticas de transferência de renda ao subproletariado, permaneceu frágil e refém de um sistema

político que parecia operar por si só, amiúde distante das reivindicações por melhores serviços públicos na área da educação, saúde, segurança pública, gerando ondas de insatisfação popular (embora dispersas em suas reivindicações) que findaram nas manifestações de junho de 2013, nas quais inclusive bandeiras partidárias ou de movimentos sociais e sindicais foram repudiadas (MARICATO et. al., 2013; GOHN, 2014). A democracia real, para aqueles que se insurgiam contra o sistema político brasileiro institucional havia se dado conta de que o país havia se reduzido a uma mera democracia formal que não tinha mais a capacidade de atender às demandas da população. Segundo Martins (2016, p. 244):

Eleição, no Brasil, tem sido uma renúncia, a vontade política do povo sequestrada pelos eleitos e pelos partidos, que raramente representam o eleitor de vontades e carências, representando muito mais os grupos de interesse que o instrumentalizam. O poder do lobismo junto aos parlamentares e ao governo confirma essa distorção. O sistema político brasileiro tornou-se um sistema de silenciamentos e cumplicidades [...] Partidos e movimentos sociais organizados ignoram ou desqualificam as interpretações que não venham de seus quadros. Não há debate. Criou-se no Brasil o mero teatro da participação política e a real exclusão da diversidade e das demandas sociais emergentes, as que não foram capturadas pelo sistema de conveniências, cumplicidades e temores.

Nesse sentido, apesar de alguns avanços sociais em relação à diminuição da pobreza extrema, da expansão do mercado interno e do aumento do emprego formal que caracterizaram a primeira década dos governos Lula e Dilma, o projeto novo desenvolvimentista de Estado do governo PT desenvolveu-se no interior de um sistema político degradado e fisiológico, como também no interior de uma crise estrutural do capital. Nessa conjuntura adversa, o novo desenvolvimentismo assume um caráter “farsesco” (SAMPAIO Jr., 2012) no sentido de que não foi capaz de superar os entraves econômicos e políticos geradores do atraso no país desde tempos imemoriais.

Em 2014, depois da onda difusa de descontentamento que mobilizou milhares de manifestantes em várias cidades brasileiras em junho de 2013, o debate sobre a ineficácia das políticas públicas e os escândalos de corrupção foi transferido para a campanha eleitoral das eleições presidenciais de 2014, na qual o PSDB e o PT se confrontaram novamente pelo poder. Enquanto o PSDB defendia o retorno de um projeto de desenvolvimento mais identificado com as políticas da Era FHC, o PT, por sua vez, baseava sua campanha na defesa da continuidade do projeto novo desenvolvimentista. Ambos os partidos apresentavam suas propostas nos moldes semelhantes às disputas anteriores, em um momento em que a economia já apresentava sinais de queda. Em uma disputa acirrada, Dilma Rousseff elegeu-se no segundo turno e a expectativa de

seus eleitores era, em grande medida, a retomada do crescimento econômico vigoroso dos anos anteriores e a ampliação e manutenção das políticas sociais que deram sustentação ao “ciclo lulista de desenvolvimento”.

A crise econômica (e sua conseqüente diminuição na arrecadação pública) que se ora se instalara no país tornava cada vez mais difícil o cumprimento das promessas de campanha da candidata recém-eleita. Dessa forma, no propósito de tomar medidas para debelar a crise econômica, no início de seu segundo mandato, a presidente Dilma Roussef anunciou medidas de ajuste fiscal em várias áreas da Administração Pública, contrariando o próprio projeto de desenvolvimento do Partido dos Trabalhadores (PT) no poder, gerando novas manifestações nas ruas, desta fez refletindo de forma acentuada as polarizações construídas durante a campanha presidencial, incluindo clamores pelo *impeachment* da chefe do Poder Executivo (BARRUCHO, 2015; MENDONÇA, 2015).

3 O NOVO DESENVOLVIMENTISMO E O AJUSTE FISCAL NO SEGUNDO MANDATO DE DILMA ROUSSEFF

A discussão sobre a implementação de medidas de ajuste fiscal no início do segundo mandato do governo de Dilma colocadas a cargo do recém-nomeado Ministro da Fazenda Joaquim Levy enfrentou de imediato uma forte resistência no interior da própria base petista no Congresso Nacional, como entre outros partidos. As medidas de ajuste fiscal contrariavam as promessas fundamentais da campanha de Dilma, uma vez que elas enfraqueciam a continuidade do projeto dos governos petistas no sentido de conciliar crescimento econômico com equidade social, sem relegar as orientações básicas base fundamental do novo desenvolvimentismo (JERONIMO, 2015). Uma das hipóteses sobre o estopim para a necessidade de implementar o ajuste foi um *déficit* de 0,6% do PIB brasileiro, em 2014, após 17 anos de superávits consecutivos (CARLEIAL, 2015).

Na medida em que a arrecadação era cada vez menor e por isso os cortes no orçamento revelavam-se necessários, foi também cogitada a volta da CPMF⁷. O ministro Barbosa, do Planejamento, como também Aloizio Mercadante, passaram a defender a aprovação do orçamento mesmo com *déficit*, usando o argumento de que não havia espaço para cortes de gastos

⁷ Esta sigla significa Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, um tributo cobrado por todas as movimentações financeiras feitas por pessoas jurídicas e físicas. Esta cobrança incidia sobre as movimentações bancárias dos contribuintes e vigorou entre 1996 e 2007.

uma vez que muitas despesas do governo relativas a várias políticas públicas seriam determinadas por lei. O Congresso Nacional se tornava cada vez mais dividido em relação a essas medidas e as tentativas de negociação improváveis. Na esteira de tais acontecimentos, Joaquim Levy “[...] perdeu várias disputas no governo e algumas votações no Congresso. A cada derrota, parecia mais fragilizado diante de uma gestão que hesitava em cortar mais gastos, e ainda sujeito às admoestações petistas, que nunca engoliram seu nome” (GASPAR, 2015, p. 11).

Os empresários, por sua vez, alertavam que o país com um grande rombo nas contas iria perder o selo de bom pagador das agências de risco internacionais, o que de fato aconteceu posteriormente. Isso sem considerar as críticas sobre o aumento de impostos, que, para os empresários, somente agravaria o quadro recessivo. A consternação foi geral e, após 11 meses no cargo, Levy renuncia.

Cabe lembrar novamente que os objetivos da macroeconomia na definição da política econômica petista seriam basicamente o crescimento da produção nacional, a manutenção de taxas elevadas de emprego e a estabilidade de preços e constantes investimentos em políticas públicas em várias áreas. Dentro desse modelo, políticas de austeridade representam um contrasenso interno na gestão econômica e política do país. Na primeira década do século XXI, sob os governos do presidente Lula, o Brasil havia superado a categoria de um país “subdesenvolvido” para a condição de “emergente”, sendo a condução de sua economia elogiada por várias lideranças mundiais por sua capacidade de conciliar crescimento econômico e redução da pobreza. Conforme observa Singer (2015) sobre esse período de bonança econômica e distribuição de renda:

Em 2010, o Brasil crescia a 7,5%, o desemprego, que era de 10,5% em 2002, caíra para 5,2% e o salário mínimo valia 54% mais do que no final da era Fernando Henrique Cardoso [...] Viagens de avião, tratamento dentário, automóvel e diploma universitário se tornaram acessíveis às camadas populares. A casa própria, ainda que de qualidade e localização duvidosas, colocava-se ao alcance da baixíssima renda. O ex-operário deixava a presidência com 80% de aprovação e era chamado como “o cara” por ninguém menos que Barack Obama, herdeiro tardio do rooseveltianismo democrata americano [...] as gestões Lula e Dilma acabariam por propiciar um acréscimo total de mais de 30% no poder de compra dos empregados. O salário mínimo acumulara valorização real de 72% (2002-2014). (SINGER, 2015, p.31)

Mas o debate sobre o lulismo não se restringe apenas ao aspecto econômico, pois outros fatores ideológicos, jurídicos e políticos foram tão importantes quanto os econômicos. O Partido dos Trabalhadores, embora tenha vivenciado várias transições ideológicas até a eleição de Lula, a

sigla ainda carregava um significativo componente classista, que era fortemente explorado nas disputas eleitorais. Mas como não havia mais o desempenho ascendente econômico do lulismo, aos poucos, observava-se o arrefecimento do ciclo desenvolvimentista dos anos anteriores. O descumprimento das promessas eleitorais de Dilma e a piora nos indicadores econômicos resultaram em uma rápida queda de sua aprovação junto à opinião pública. Assim como já havia acontecido com José Sarney e Fernando Henrique Cardoso também em contextos de crise econômica, Dilma Rousseff viu a sua aprovação cair de 42% em outubro de 2014 para 8% em agosto de 2015 (SINGER, 2015).

Dessa forma, em função do esgotamento da capacidade orçamentária do Estado de manter vários programas sociais no mesmo ritmo de crescimento e expansão da Era Lula, no segundo mandato de Dilma, por conta do ajuste final, foi anunciado um corte de gastos de 70 bilhões de reais no orçamento, atingindo o Programa de Aceleração do Crescimento, a saúde (gasto e possível suspensão da Farmácia Popular), educação (suspensão de bolsas de pós-graduação, atraso na transferência de verbas para universidades), restrições no financiamento do Fies, Pronatec e do Programa Ciência sem Fronteiras.

4 NOVO DESENVOLVIMENTISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS EM CONTEXTO DE CRISE

Lula se dedicou seus primeiros anos do mandato a conter as pressões inflacionárias que, desde 2002, estavam causando a desvalorização cambial de modo que o Brasil retomou o seu crescimento econômico por intermédio da demanda externa, ancorada em grande medida na exportação de *commodities*. Por consequência houve crescimento com as medidas de recuperação de crédito e a retomada de investimentos produtivos, ocasionando o aumento do consumo (além das políticas de transferência de renda), valorização cambial e criação de empregos formais. Na primeira fase da era Lula-Dilma, entre 2004 e 2011, a taxa média de crescimento do PIB ficou em 4,3%, segundo o IBGE (CARLEIAL, 2015). Com a continuidade da política expansionista, o ano de 2006 foi marcado por um aumento recorde do salário mínimo e criação de 1,5 milhão de empregos para “Classe C”. Enquanto na “Era FHC” houve o fenômeno do desemprego em massa, quando entre 1989 e 1999, a quantidade de desempregados saltou de 1,8 milhão para 7,6 milhões, sob o governo Lula da Silva, em 2009, houve uma expansão de empregos, embora de baixa remuneração. 59% de todos os postos de trabalho no Brasil estavam concentrados na faixa de 1,5 salário mínimo (BRAGA, 2012).

Em 2007, foi lançado o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) que contemplou investimentos públicos em diversas áreas de infraestruturas como ferrovias, refinarias, hidrelétricas e na Petrobras⁸. Houve também a ampliação do Programa Bolsa Família, tanto no número de contemplados quanto no aumento de valores em Reais. Segundo Singer (2012, p. 64), “entre 2003 e 2006, o Bolsa Família viu seu orçamento multiplicado por treze, pulando de 570 milhões de reais para 7,5 bilhões de reais, e atendia a cerca de 11,4 milhões de famílias perto da eleição de 2006”. Mattos (2015, p. 71) afirma que:

[...] o crescimento do valor real do salário mínimo teve efeito importante não apenas nos rendimentos auferidos no mercado de trabalho, mas também no valor real dos benefícios sociais, pois eles são atrelados ao salário mínimo. Dessa forma, amplia-se a massa de rendimentos das famílias, em contexto da queda de desemprego, o que favorece novas rodadas de expansão do consumo e do crédito [...].

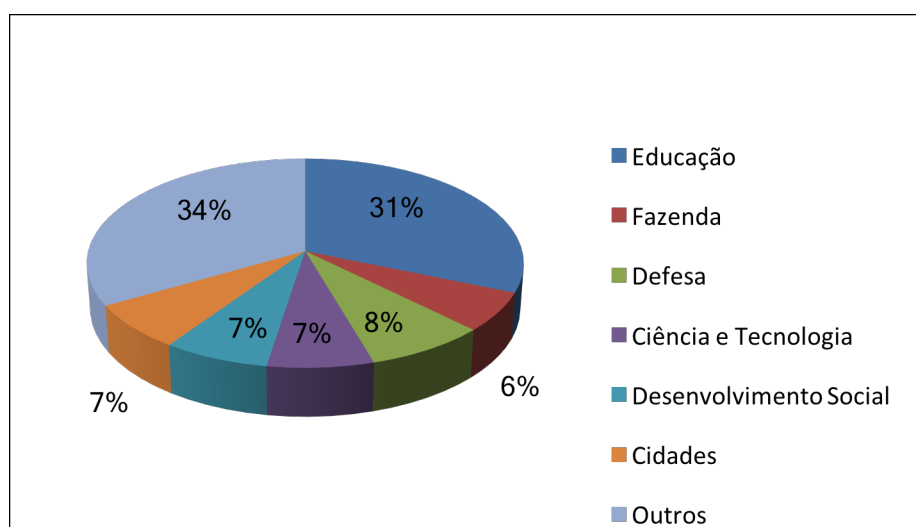
O aumento do salário real médio passou a crescer significativamente em 2004. E, mesmo com a crise internacional, o PIB não deixou de crescer, nem houve déficit de empregos formais. Em 2009, com o impacto da crise internacional, o país reagiu com políticas anticíclicas como a ampliação do Programa Bolsa Família e investimentos através dos bancos públicos. Em 2011, houve uma desaceleração nesses índices, mas sem maiores agravos em função das políticas de incentivo ao consumo, principalmente na construção civil, comércio, serviços privados e empregos na administração pública. Isso gerou expectativas, mas seguia um quadro preocupante sobre os rumos da economia do país e do mercado de trabalho, sobretudo pelo baixo crescimento verificado nos países emergentes, uma conjuntura importante que foi em parte ignorada pelo governo Dilma (CARLEIAL, 2015).

Então, manter a política de aumento de juros foi fator crucial para o início do mandato de Dilma Rousseff. Sua equipe econômica achou viável recorrer às então denominadas medidas “macroprudenciais” (abortar o crescimento do crédito, desacelerar o consumo de bens duráveis e ampliar o *superávit* primário) que findaram por debilitar o consumo, provocando redução de investimentos privados, tudo isso ocorrendo sob um duro cenário de oposição da grande imprensa contra o governo. Na medida em que o governo tentava reverter o quadro recessivo, o círculo virtuoso do lulismo já apresentava claros sinais de esgotamento. O desemprego, um “fastasma” que parecia um retrato do passado neoliberal de FHC, passou de 5,0% para 7,6% entre agosto de 2014 e agosto de 2015 (CARLEIAL, 2015).

⁸ Para maiores informações, ver: <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>>. Acesso em 05 mai. 2017.

O segundo mandato de Dilma iniciou com um corte de 31% na educação (Gráfico 1). Os cortes na área da educação, particularmente, tiveram um grande impacto político e simbólico sobre o governo, pois Dilma Rousseff em sua campanha para reeleição tinha como principal *slogan* transformar o Brasil em uma “Pátria Educadora”. O Ministério da Educação passou a ser o mais atingido dos então 39 ministérios que sofreram cortes de gastos, os quais foram equivalentes a R\$ 7 bilhões de reais em 2015. Para gastos com a dívida pública, entretanto, foram reservados R\$ 1,3 trilhão. Além disso, foram também efetuadas medidas de endurecimento das regras para a concessão de direitos como o seguro-desemprego e o auxílio-doença (APUFPR – SSIND, 2015). Os encargos com os custos da dívida pública findaram por ter espaço privilegiado no orçamento. A ideologia do novo desenvolvimentismo de conciliar crescimento econômico com a redução das desigualdades sociais parecia ter perdido espaço para as exigências das políticas de austeridade. O endividamento do aparato novo desenvolvimentista se confrontava agora com sua mais grave crise orçamentária.

Gráfico 1. Corte de gastos no início do mandato de Dilma Rousseff (2015).



Fonte: Informativo APUFPR-SSIND | Nº 118 | Janeiro de 2015. (Adaptado)

Medidas de austeridade fiscal adotadas pelo governo de Dilma Rousseff (que eram aguardadas no caso de vitória do candidato do PSDB Aécio Neves) não podem ser tidas como progressistas no sentido de promover uma maior equidade social nos moldes de uma estratégia social-democrata de desenvolvimento, como também não garantem o efetivo crescimento do país, uma vez que na maioria dos países em que tais políticas foram aplicadas houve baixo crescimento

econômico, altos índices de desemprego e endividamento de grandes contingentes populacionais (SANTOS, 2011).

A via de crescimento pautada pelos governos novo desenvolvimentistas seria através da redução da linha de pobreza por meio dos programas que pudessem promover o desenvolvimento social pela via do consumo e aumento do acesso a crédito. Incrementando o mercado interno, haveria o aumento da arrecadação e, conseqüentemente, maiores seriam os recursos para o Estado investir em políticas públicas cada vez mais abrangentes.

Para Silva (2013), porém, essas estratégias de crescimento econômico e de inserção no sistema internacional reincidentem na condição de dependência e heteronomia e, em verdade, obliteram a sua proposta de desenvolvimento. O crescimento econômico no Brasil, com tais medidas de desenvolvimento, acaba promovendo lucros às transnacionais e aos financistas e não cumprem o seu papel de diminuição das desigualdades sociais. Programas de transferência de renda existentes atualmente em vários países da América Latina obtiveram alguma eficácia em erradicar focos de pobreza extrema, mas isso não atingiram uma redução significativa das desigualdades sociais (MOTA, 2012).

Embora o Programa Bolsa Família tenha sido uma política pública que se revelou eficaz para reduzir um quadro crônico de miséria que já assolava o Brasil desde épocas imemoriais, pesquisas demonstram que muitos de seus beneficiários decidiram votar a favor de Dilma em 2010 em consequência do recebimento do benefício, fato que revela que essa intervenção do Estado na economia não se restringe apenas ao seu aspecto social, mas possui um manifesto componente eleitoral (ARQUER, 2013). Além disso, ao mesmo tempo em que os programas de transferência de renda são funcionais ao governo política e ideologicamente, eles também servem ao mercado.

Neste sentido, Silva 2013 (p. 101-102) comenta:

Eis, pois, as razões pelas quais o governo “neodesenvolvimentista” elege a Assistência Social como política pública central na proteção social e aos programas de transferência de renda aos mais pobres como principais estratégias dessa proteção. Assim, o modelo brasileiro de Seguridade Social devolve à esfera privada os direitos comuns de propriedade sobre o bem-estar que foram conquistados pela luta do trabalho, atendendo às requisições da acumulação espoliativa do capital, no seu novo estágio de imperialismo [...] por outro lado, a Assistência Social brasileira, assentada na transferência de renda e financiada por um fundo público oriundo, prioritária e maciçamente, das contribuições sobre a renda do próprio trabalho, se incumbe de assumir o ônus da promoção da justiça social proposta pelo governo “neodesenvolvimentista”, arcando com os custos de manutenção da superpopulação relativa.

Existe atualmente uma tendência ao retorno do desenvolvimentismo em alguns países de renda média no sentido de redefinir seu projeto nacional de desenvolvimento em detrimento das antigas políticas neoliberais, muito embora a lógica do capital ainda permeie a conjuntura sob a qual tais projetos foram elaborados. Em grande medida, tais países articulam projetos que se revelem ser capazes de realizar reformas institucionais importantes e adotar políticas macroeconômicas que busquem conciliar a redução da pobreza com a competitividade no mercado nacional e internacional para construir um Estado que promova um novo acordo social dentro das condições atualmente postas pela globalização.

No entanto, tomando a globalização como um fenômeno no qual o mercado tende a ter proeminência sobre o Estado, cabe ressaltar que “o discurso do financismo insiste em ressaltar os aspectos associados ao descompasso entre a capacidade arrecadadora do Estado e as necessidades de realização das despesas” (KLIASS, 2015, p. 11). Assim, qualquer aumento nos gastos em políticas públicas é considerado uma ameaça ao equilíbrio fiscal do Estado, que deve ser administrado em moldes semelhantes aos adotados por uma empresa privada

Países mais pobres também tentam adotar políticas desenvolvimentistas, mas muitas vezes carecem de base estrutural, como baixos níveis de educação, precarização da força de trabalho, distanciamento entre povo e as instituições, dificuldades de financiamento com poupança interna etc. Em grande medida, sobretudo no caso brasileiro, o problema reside nas dificuldades de implementar e fiscalizar políticas públicas consistentes no interior de uma cultura política patrimonialista, assistencialista e de baixa credibilidade nas instituições governamentais e agentes políticos. Não obstante, cabe também recordar que as elites economicamente mais favorecidas e os países mais ricos (geralmente protecionistas) também podem avaliar tais iniciativas como uma ameaça a seus interesses. No caso do atual sistema político-partidário brasileiro, Carleial (2015, p.211) comenta:

É inegável que temos um conflito no qual a resistência em enxergar que o país mudou e que os incluídos nos últimos doze anos não recuarão de suas posições facilmente, em nada contribui para a solução. Ao mesmo tempo a crise da democracia representativa, que é mundial, e que entre nós se revela no Congresso mais conservador dos últimos tempos, reforça o entendimento de que as alternativas para o encaminhamento dessa crise precisam ser negociadas.

Nesse sentido, a preservação do mercado de trabalho seria essencial, pois os conflitos da democracia devem ir além de apenas apontar um governo como incompetente e irresponsável.

Nos primeiros 10 anos do Partido dos Trabalhadores, no poder do governo Lula, houve uma conjuntura econômica externa favorável para que o partido pudesse ampliar políticas sociais e garantir o compromisso econômico, mesmo que, para isso, tivesse de realizar coalizões com partidos conservadores e desmobilizar os conflitos sociais através de políticas redistributivas endereçadas ao subproletariado (SINGER, 2012; MOTA; SILVA, 2016).

A “economia aquecida” permitiu gastos públicos correntes, aumento do salário mínimo, geração de postos de trabalhos, diminuição das desigualdades e pobreza, com índices maiores daqueles da década de 1990. No entanto, o esgotamento da capacidade orçamentária do Estado para sustentar o crescimento econômico com “inclusão social”, o constante bombardeamento da mídia sobre o envolvimento de governistas em escândalos de corrupção, as constantes manifestações públicas de insatisfação com a conjuntura política e social, a recessão econômica com efeitos deletérios como a volta da inflação e do desemprego geraram um quadro crítico para a manutenção da governabilidade da presidente Dilma Rousseff em seu segundo mandato.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do novo desenvolvimentismo se apresentar como um projeto alternativo às políticas neoliberais da década de 1990, que preconizavam a redução da interferência do Estado na economia, suas políticas não se diferenciam, em muitos aspectos, do neoliberalismo. Embora no caso brasileiro as tentativas de conciliar crescimento econômico com a redução das desigualdades tenham obtido algum êxito durante a fase de bonança dos governos da Era Lula, com o agravamento da crise internacional e o endividamento do Estado tornou-se cada vez mais difícil mantê-las nos mesmos patamares dos anos anteriores.

No âmbito político, na medida em que o Partido dos Trabalhadores (PT) ao concorrer às eleições de 2002 se distanciou de suas orientações doutrinárias de origem e, em nome da “governabilidade”, realizou uma série de alianças com partidos conservadores, não rompendo com a lógica do capitalismo e aderindo ao fisiologismo como *práxis* política, a sigla perdeu muito de sua identidade como legítimo partido representante da esquerda brasileira.

No campo econômico, ao conduzir uma política de acumulação de capital pela insenção de impostos para grandes empresas, incentivo ao crédito, políticas focalizadas de transferência de renda e estímulo ao consumo, o projeto de Estado conduzido pelo PT não conseguiu contrapor-se à lógica do capital e findou por tornar-se vulnerável ao sistema. No âmbito da administração

pública, verificou-se, ao mesmo tempo, uma ampliação das funções do Estado. Estimulou-se a ideia da conciliação de um Estado forte com um mercado forte fato que ocorre em alguns países mais desenvolvidos, mas que ainda parece distante para as nações periféricas ou “emergentes”. O novo desenvolvimentismo, em determinados aspectos, parece identificar-se mais como uma proposta de crescimento dos lucros, do capital financeiro e elevação dos índices econômicos do que um projeto de desenvolvimento nacional isento de “contaminação” no tange ao capital especulativo e às contradições do modo de produção capitalista globalizado.

Neste sentido, durante as manifestações de 2013 no primeiro mandato de Dilma Rousseff, já emergiam sinais de descontentamento da população com relação à eficácia das políticas públicas, enquanto a profusão de escândalos de corrupção eram fartamente noticiados pela grande mídia. Predominou um sentimento geral relacionado à incapacidade do sistema político brasileiro em atender às demandas da população.

Em 2014, com o agravamento da crise econômica e política, o Partido dos Trabalhadores perde sua força junto ao Congresso Nacional e alguns setores da opinião pública, embora tivesse logrado a reeleição de Dilma Rousseff. Acirram-se no país os “radicalismos” e as divisões políticas que asseguravam a governabilidade do mandato anterior. A popularidade da presidente despenca. Problemas como o desemprego e o aumento da inflação passam a fazer parte, novamente, da preocupação dos brasileiros, aumentando o desgaste do governo, que, por sua vez, anunciou medidas de ajuste fiscal que não foram bem recebidas seja pelos eleitores, como pela sua base de apoio no Congresso Nacional.

As medidas de ajuste fiscal anunciadas em 2015 provocaram uma consternação generalizada cujos efeitos ainda se manifestam latentes, tanto sobre a economia, quanto sobre o sistema político, o mercado e a sociedade em geral, que precipitou o país em uma crise institucional findando em um conturbado processo de *impeachment*, cujo mérito foge ao escopo do presente texto, mas que é o segundo em pouco mais de duas décadas de redemocratização. Creio que esse ponto em particular suscite uma reflexão mais apurada sobre nossa incipiente democracia. No campo das políticas de desenvolvimento, tal conjuntura findou por gerar uma reviravolta neoliberal, provocando uma retração das políticas sociais do período novo desenvolvimentista, o que coloca novamente o país frente a novos desafios para a formulação de um projeto nacional de desenvolvimento verdadeiramente republicano, incluyente e sustentável.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. *Trabalho e Neodesenvolvimentismo: Choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil*. Bauru: Canal 6, 2014.

AMARAL, Angela Santana. *Configurações contemporâneas dos conflitos classistas: experiências brasileiras no contexto neodesenvolvimentista*. 2014. Disponível em: <http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT18/GT18_SantanaDoAmaral.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2014.

ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

APUFPR – SSIND, Informativo. *Educação: Mandato de Dilma já inicia com corte de 31% na educação*. Ed. nº 118. jan, 2015.

ARQUER, Monize. O voto em Dilma Rousseff nas eleições presidenciais de 2010. *Revista Brasileira de Direito Eleitoral e Ciência Política*. Tribunal Regional Eleitoral do Paraná. Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira (UFPR), v. 2, n. 3, pp. 415-440, Curitiba: TER, 2013.

AREND, Marcelo. Mais 4 anos de ajuste fiscal e 40 anos sem mudança estrutural. *Revista Política Social e Desenvolvimento*. Série Especial: Austeridade Econômica e Questão Social. Ed. nº 21. Disponível em: <www.revistapoliticasocialedesenvolvimento.com> Acesso em: ago. 2015.

BARRUCHO, Luis Guilherme. *Dilma completa 100 dias: economia e popularidade marcam contrastes com o 1º mandato*. BBC Brasil (online), 2015. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2015/04/10/dilma-completa-100-dias-economia-e-popularidade-marcam-contrastes-com-1-mandato.htm>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo: USP Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2012.

BRAND, Ulrich; SECKLER, Nicola (Orgs.). *Diante da crise global: horizontes do pós-neoliberalismo*. Rio de Janeiro: UERJ, 2010.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Reflexões sobre o Novo Desenvolvimentismo e o Desenvolvimentismo Clássico. *Revista de Economia Política*, vol. 36, nº 2 (143), pp. 237-265, abril - junho/2016.

_____ ; THEUER, Daniela. Um Estado novo-desenvolvimentista na América Latina? *Economia e Sociedade*, v. 21, Número Especial, pp. 811-829, dez. 2012.

CARDOSO, Henrique. *Xadrex internacional e social-democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

COLISTETE, Renato Perim. O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influência no Brasil. *Estudos Avançados*, v. 15, n. 41, pp. 21-34, 2001.

CARLEIAL, Liana Maria de Frota. Política econômica, mercado de trabalho e democracia: o

segundo governo Dilma Rousseff. *Estudos Avançados*, v. 29, n. 85, pp. 201-214, 2015.

CASTELO BRANCO, Rodrigo. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. *Oikos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, pp.71-91, 2009.

FUSER, Igor. A esquerda sul-americana e seus demônios: os giros à esquerda e a guinada à direita. *Caros Amigos*, ano 19, Edição Especial n. 83, novembro 2016.

GASPAR, Malu. A morte e o morte de Joaquim Levy. *Revista Piauí*, número 111, dezembro 2015.

GOHN, Maria da Glória. *Manifestações de junho de 2013 e praças dos indignados no mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

HOBBSAWN, Eric. *Era dos Extremos. O breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JERONIMO, Josie. Levy sob fogo cruzado. *Isto É*, São Paulo, 05.03.2015. Disponível em: <http://istoe.com.br/407826_LEVY+SOB+FOGO+CRUZADO/>. Acesso em: 20 mar. 2015.

KLIASS, Paulo. A democracia não cabe no orçamento. In: FAGNANI, Eduardo et. al. As demandas sociais da democracia não cabem no orçamento? (Parte III). *Revista Política Social e Desenvolvimento*, n. 29, ano 03, dezembro 2015.

LUCE, Mathias Seibel. Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora? *Trab. Educ. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, pp. 169-190, jan./abr. 2013.

MARANHÃO, César Henrique Miranda Coelho. *O “novo” ciclo ideológico do desenvolvimento: A reconstrução do projeto político burguês e as estratégias de desenvolvimento econômico e social no Brasil*. 2009, 374 p. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Universidade de Pernambuco, Recife.

MARICATO, Ermínia et. al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARTINS, José de Souza. *Do PT das lutas sociais ao PT do poder*. São Paulo: Contexto, 2016.

MATTEI, Lauro. Gênese e agenda do novo desenvolvimentismo brasileiro. *Revista de Economia Política*, vol. 33, n. 1 (130), pp. 41-59, janeiro-março/2013.

MATTOS, Fernando Augusto Mansor de. Avanços e dificuldades para o mercado de trabalho. *Estudos Avançados*, v.29, n. 85, pp. 69-85, 2015.

MENDONÇA, Ricardo. *Maioria apoia abertura de processo de impeachment, mostra Datafolha*. Folha de São Paulo (online), 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/04/1615424-maioria-quer-impeachment-de-dilma-e-nao-conhece-vice.shtml>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

MOTA, Ana Elizabete (Org.). *Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade*. São Paulo: Cortez, 2012.

MOTA, Leonardo de Araújo e. O novo desenvolvimentismo e a questão social na atualidade. *Polêmica*, v. 15, pp. 01-12, julho, agosto e setembro 2015.

MOTA, Leonardo de Araújo e; SILVA, Flávio José Souza. 10 anos do Partido dos Trabalhadores no poder (2003-2013): ideologia, política e sociedade no Brasil em tempos de pós-neoliberalismo. *Crítica e Sociedade. Revista de Cultura Política*, v. 5, n. 2, pp. 196-214, junho 2016.

PFEIFER, Mariana. O “social” no interior do projeto neodesenvolvimentista. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 120, pp. 746-766, out./dez. 2014.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 112, pp. 672-688, out./dez. 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Portugal: ensaio contra a autoflagelação*. São Paulo, Cortez, 2011.

SANTOS, Josiane Soares. Particularidades da “questão social” no Brasil: mediações para seu debate na “era” Lula da Silva. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 111, pp. 430-449, jul./set. 2012.

SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando de; MICHEL, Renaut. Por que novo-desenvolvimentismo? *Revista de Economia Política*, v. 27, n. 4(108), pp. 507-524, out./dez. 2007.

SILVA, S.S.S. Contradições da Assistência Social no governo “neodesenvolvimentista” e suas funcionalidades ao capital. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 113, pp. 86-105, jan./mar. 2013.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. O lulismo nas cordas: depois de uma década cirouosa, marcha rooseltiana perde o rumo e chega ao final de 2015 perto do colapso. *Revista Piauí*, número 111, pp. 31-35, dezembro 2015.

Recebido em: 18 de fev. 2016

Aceito em: 06 de jun. 2017